



Economicidade da Técnica e Tecnicidade na Economia Neoclássica: uma Interlocação com Heidegger

*Economicity of the Technique and Technicity in Neoclassical
Economics: an Interlocution with Heidegger*

ANTÔNIO JOSÉ NASCIMENTO ^a

Resumo

O presente artigo sustenta que é plausível se fazer derivar da *analítica* da técnica em Heidegger uma *economicidade* que radica no nexó metafísico-productivista do caráter ontológico de 'des-ocultação' (*Un-verborgenheit*) da figura da técnica moderna, a qual, por sua vez, atua tanto na gênese da ciência moderna quanto na constituição mesma da *economics* como *dictum* racionalizador do incondicionado da *vontade de poder* da técnica. Não por acaso, a *economics* leva a cabo a conversão do homem em demandante compulsivo, em *subjectum* autodeterminado de uma *vontade de querer* propiciadora da exploração abusiva, razão por que se argumenta aqui em defesa da ideia de uma *tecnicidade* outra no interior do arcabouço teórico da vertente neoclássica.

Palavras-chave: Economia Neoclássica. Técnica. Heidegger. Metafísica. Modernidade.

Abstract

This article maintains that it is plausible to derive from the analytical of the technique in Heidegger an economicity that is rooted in the metaphysical-productivist nexus of the ontological character of 'un-veiling' (Un-verborgenheit) of the figure of modern technique, which, in its turn, acts both in the genesis of modern science and in the very constitution of economics as a rationalizing dictum for the unconditional of the will to power of technique.

^a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE, Brasil. Doutor em Filosofia, e-mail: ajntoinho@outlook.com

It is not by chance that neoclassical economics carries out the conversion of man into a compulsive buyer, into a selfdetermined subjectum of a "will to will" that promotes abusive exploitation which allows us here to argue in defense of the idea of an other technicity within the theoretical framework of the neoclassical branch.

Keywords: Neoclassical Economics. Technique. Heidegger. Metaphysics. Modernity.

Introdução

A episteme *neoclássica* do pensamento econômico, notória por sua intransigente defesa da ação racional do indivíduo, modificou de uma vez por todas o panorama do enfoque *clássico* do funcionamento da economia baseada na valoração objetiva, na divisão do trabalho e na remoção dos entraves corriqueiros à produção e distribuição do produto (RONCAGLIA, 2005, p. 279), a fim de torná-la inteligível à luz da intencionalidade subjetiva fundada num cálculo utilitário de prazer e dor. De ora em diante, a cientificidade do que se tornaria a *economics* passa a repousar numa equipagem que aglutina leis psicológicas e o regime de verdade do formalismo matemático e do ferramental estatístico para explicar o comportamento humano em processos de mercado.

Ao deixar de fora importantes aspectos constitutivos da conduta humana, em virtude de sua pretensão de elucidá-la a partir de pressupostos arbitrários (como na postulação do hedonismo maximizador e na *representação* físico-matemática da natureza), pareceu-nos, *ipso facto*, singularmente auspiciosa a tarefa de promover, de início, uma aproximação crítica dessa escola de economia com a *filosofia da ciência* de Heidegger, a fim de explicitar sua interpretação do ente já como derivação compreensiva do *ser* como *substratum* e do humano como agente da *omnitudo realitatis*.

No entender de Heidegger, a estrutura da subjetividade está longe de poder determinar o caráter da imersão do homem no ‘mundo circundante’ (*Umwelt*), em virtude da situação de ‘abertura’ (*Erschlossenheit*) mesma que é o ‘poder-ser’ (*Sein-können*) da *existência ontológica* que nós mesmos somos na vida fática do ‘ser-com’ (*Mitsein*) os outros que é próprio do intramundano do nosso ser assim relacional.

Dito isto, ainda mais fecunda se nos afigurou a ideia de poder aproximar a episteme do paradigma neoclássico da meditação fenomenológica que Heidegger

alinhou para a técnica enquanto figura histórica da *metafísica presencialista* inscrita no *logos* ocidental. Destacadamente, esse enquadramento tornou possível, por um lado, reivindicar para o *mainstream* neoclássico uma radicação no cunho da *técnica*, e, por outro, patentear o caráter de sua *realidade econômica* como um tipo peculiar de constructo da *técnica* em sua regência essencial.

Sob outro arranjo não se poderia tê-lo feito, posto que a “técnica do técnico”, isto é, o componente tecnológico como propulsor da vida econômica, não está lá, internalizado como elemento relevante do funcionamento da economia que é pressuposta pela construção teórica do neoclassicismo. Nem por isto, contudo, conforme argumentamos aqui, pertence menos à *técnica* que qualquer outra escola do pensamento que confira papel nuclear ao vetor tecnológico.

O fato de não se haver com a questão da dinâmica tecnológica em suas modelações (e em seus axiomas básicos) não implica descartá-la como uma escola *não-técnica* em Economia, por mais comum que seja lhe imputarem uma “tecnicidade” que, para todos os efeitos, não condiz com as “propriedades” da tecnicidade que lhe são aqui atribuídas. Há que se requalificar, portanto, a afirmação, corrente entre economistas, de que, por não ser uma *escola convencional da técnica*, a matriz neoclássica não se presta a uma reflexão acerca do *modo tecnológico de ser do humano* que não diga respeito ao indivíduo ocupado com a alocação ótima de recursos.

Contra isso, conforme Heidegger permite deixar claro, basta que se tenha presente que o modo essencial de pertencimento à técnica não se dá tecnicamente, em sua especificidade de emprego de meios, mas, antes e acima de tudo, como apreensão histórica do *ser* e de sua desvelação como dispositivo que requisita o homem num trabalho de maquinação gigantesca.

1. Destinação moderna da tecnociência

Como forma clássica do pensamento ocidental nascido do *esquecimento do ser* e do apagamento da diferença ontológica *ser-ente*, a metafísica experimenta na modernidade uma transmutação que se completa como controle tecnocientífico da vida e domínio sobre o ente em sua totalidade, enquanto apanágio daquela obliteração do *ser* que

irrompe como fundamento do ente descortinado. Ocorre, então, a realização do que, lá atrás, no alvorecer do pensamento ocidental, projeta-se como destinação histórica do *ser* [*seinsgeschicklich*], isto é, como modo de *ser* de uma ontologia histórica instauradora do sentido de toda “produção” amparada na manipulação da entidade dos entes, como o *ser* conhecível das coisas ou o conteúdo essencial manifestável da verdade dos entes.

Tal como Heidegger, a partir de Nietzsche, deu-nos a conhecer, tratou-se de um itinerário niilista (o da nulidade do *ser*) decisivo para o curso da humanidade instalada no âmago do *acontecimento apropriador* da metafísica, que realiza cabalmente suas virtualidades no solo da *vontade de poder* incondicionada da técnica.

Em sua condição essencial de *imposizione*¹ [*Gestell*], a técnica da era moderna é uma injunção na maneira de desabrigar a *coisidade das coisas* como “instalação produtiva”, como produtibilidade e, portanto, como economicidade que se desenvolve muito propriamente em correspondência com o caráter dessa injunção que tem força de agregação sistêmica, reunindo e posicionando a integralidade dos entes na constelação *manifestativa* da técnica. Assim, com base na interpretação heideggeriana da especificidade da técnica moderna, que é uma *provocação e exigência* [*Herausforderung*] que nos engaja numa modalidade de exploração do mundo, pode-se dizer que a ultimação mesma da metafísica produtivista da tradição ocidental se expressa nomeadamente como dominância tecnoeconômica, não apenas porque elabora ou desvela o ente como *Bestand*, como *reserva disponível*, mas sobretudo porque emerge e vige como se proviesse de uma determinação que impera como *rationale* da vida econômica.

Neste caso, a técnica estaria sendo considerada em sua dimensão imediata de sistema processual de produção, apartado de seu fundamento enquanto *fenômeno ontológico*, elaborado e acontecido como resultado de uma dada experiência histórica de mundo, sem o que ficariam comprometidas as conexões que aqui se estabelecem entre a *ontologia regional* de uma escola do pensamento econômico e o *saber* da técnica que não é o do instrumentalismo, mas o de sua ordenação primordial possibilitante do poder tecnológico moderno.

¹ Conforme tradução de Gianni Vattimo para *Gestell* (Cf. Martin Heidegger, “La questione de la tecnica”, 1991, p. 15).

O que parece aflorar como sobredeterminação econômica é, no fundo, já a manifestação, como um *dictum*², da economicidade que é própria da calculabilidade produtivista da técnica e do que lhe concerne como época do abandono do questionamento do *ser*, da inacessibilidade ao essencial e da aversão a metas (HEIDEGGER, 1999, p. 75). Sobretudo da aversão a metas outras que não digam respeito à factibilidade do ente *pré-posto* pela *representação* da vontade do sujeito entregue à *maquinação* do cálculo. É nesse tocante que se pode falar da ciência como exercício do abandono do *ser*.

Contrariamente ao que é usual se presumir, não foi nenhum operativismo inato à ciência que possibilitou a aparição da técnica moderna, mas, ao contrário, foi a *representação calculadora* técnico-metafísica que dotou a ciência moderna da estrutura lógico-ontológica indispensável à constituição de seu *modus* de inquirir a realidade como objetualidade tecnologicamente processável. Daí que, no entender de Heidegger, a técnica moderna não resulta da mera aplicação das ciências exatas da natureza. Como teoria pura – sugeriu ele –, até mesmo a Física é já experimento metódico de enquadramento da natureza com vistas à realização da essência da técnica.

Noutras palavras, sem a modificação introduzida na compreensão ontológica do ente, propiciada pelo escopo calculador abrigado no solo da tradição metafísica, não haveria a ciência tal como a conhecemos hoje, com suas regras exclusivas de operação objetificadora de acesso ao mundo, seus axiomas, suas sentenças, seus sistemas de relações e suas propriedades certificatórias; sem o pensar do *ente que é* como *o que é* em seu fundamento entendido como a verdade desse ente em seu *ser* – tomado este como um *em si* estável e perene –, claro está que não medraria o *corpus* científico impulsionador do desenvolvimento tecnológico que, em sua proveniência essencialmente metafísica, conforma a própria ciência como tecnociência, isto é, como força produtiva genuinamente tecnológica. Sobre isto, Pöggeler (1990, p. 118) foi bastante enfático:

O ser como presença constante e, portanto, como fundamento dos entes torna-se algo à disposição do pensar, convertendo-se, finalmente, na representabilidade de objetos;

² Remete, aqui, ao “solipsismo econômico”, tal como referido por Karl Polanyi (*A subsistência do homem e ensaios correlatos*, 2012, p. 58), para designar a imposição de uma “mentalidade de mercado” que faz da ação econômica do homem algo natural, autoexplicativo.

na verdade, transforma-se em mera reserva disponível, torna-se factível no sentido de uma tecnologia universal³.

Pöggeler, aí, nomeia sem ambiguidades o caráter daquilo que Heidegger assentou como relativo aos caprichos da *ontologia tradicional* no concernente à sua pretensão de servir de fundamento último à estruturação da ciência em seus mais variados domínios objetuais, no interior de cada um dos quais – não custa ressaltar, como legado metafísico da pré-compreensão do *ser* – despontam, como categorias convencionais da *res cogitans*, a abstração teórico-enunciativa, a tematização e a formalização do objeto pertinentes ao âmbito de cada “ontologia regional”. No dizer de Kockelmans (1985, p. 217),

O que cada ontologia regional tem a explicar é a tematização objetivadora típica que, em cada disciplina empírica, delinea o campo de estudo, estabelece o aspecto sob o qual as entidades pertencentes ao domínio da pesquisa relevante devem ser estudadas, determina os procedimentos e técnicas metódicas apropriados, estipula diretrizes para o uso da linguagem etc. Supõe-se que haja um arcabouço teórico abrangente, projetado pela tematização relevante e válido para todos os fenômenos do respectivo campo de estudo. Essa tematização implica, inerentemente, abstração, idealização e formalização⁴.

Seja como for, é nos tempos modernos que se produz a objetivação científica da natureza como *provocação* metódica que põe em vigência a totalidade do real enquanto horizonte de tecnificação do mundo. Nessa caminhada, coube ao pensar representativo da metafísica cartesiana o papel conspícuo de ser essa referência organizadora dos novos tempos. Dela resultou o que há de peculiar na maneira moderna de conhecer e de operar sobre a matéria-mundo agora convertida em realidade objetiva das coisas (*res extensa*).

³ “Being as constant presencing and thus as the ground of beings becomes something at the disposal of thinking and ultimately the representability of objects; indeed it becomes the deliveredness of a mere reserve, it becomes feasible in the sense of a universal technology”. (Tradução minha).

⁴ “What each regional ontology has to explain is the typical objectifying thematization which in each empirical discipline delineates the field of study, establishes the aspect under which the entities that belong to the relevant research domain are to be studied, determines the proper methodical procedures and techniques to be used, stipulates guidelines for the use of language, etc. It is assumed that there is an overarching theoretical framework, projected by the relevant thematization, which holds for all phenomena of the respective field of study. This thematization inherently implies abstraction, idealization, and formalization”. (Tradução minha).

Na condição de fundador da filosofia moderna, Descartes exprime no *Cogito* “a busca de um conteúdo indubitável do qual partir para a construção do domínio do homem sobre todo o ente”⁵ (GALIMBERTI, 2010, p. 190). Obviamente, para este fim se impunha um conhecimento objetivo da natureza, que Descartes viabiliza ao fazer da atividade teórica representacional (*cogitatio*) do sujeito do conhecimento o princípio fundamental da racionalidade humana⁶ (Cf. CARRASCOSO, 1998). Com o *subjectum*, desse modo, autoinvestido em fundamento absoluto da realidade manipulável dos entes, a dominação da metafísica segue seu curso hegemônico, não obstante com nova “unidade de medida à qual a totalidade do ente deve referir-se para ser garantida”⁷ (GALIMBERTI, 2010, p. 190-191) na segurança do cálculo.

Para Heidegger (2012a, p. 131-134), o *representar* que é característico da filosofia de Descartes “empurra tudo para dentro da unidade do que é assim objetivo”, porque a *objetivação representadora* é vinculativa para qualquer *subjectum*; na *cogitatio*, que é o *representar* através do calcular do representável, “o *representar* já não é o pôr-se-a-descoberto para [...] mas o agarrar e conceber de [...] Não é o que está presente que vigora, mas o ataque que domina [...] Re-presentar é ob-jetivação que avança. Que doma” (HEIDEGGER, 2012a, p. 131-134).

Uma tal exigência de ‘dominação’ (*Bewältigung*), na modernidade, tem a ver, acima de tudo, com a necessidade de o homem organizar objetivamente o caos do mundo depois do abandono da verdade da revelação e/ou do que Nietzsche qualificou como o fenômeno da morte de Deus. Por isto mesmo é que o abandono da certeza da salvação, pondera Heidegger (2012a, p. 132), “teria de ser em si uma libertação para uma certeza na qual o homem garantisse o verdadeiro enquanto aquilo que fosse sabido pelo seu próprio saber”. A filosofia de Descartes desempenha, portanto, a tarefa crucial de “criar o fundamento metafísico” (HEIDEGGER, 2012a, p. 132) para essa libertação, que o homem experimenta em sua decisão relativa ao que deve ser sabido.

⁵ “[...] la ricerca di un contenuto indubitabile da qui partire per la costruzione del domínio dell’uomo su tutto l’ente”. (Tradução minha).

⁶ Não custa salientar que no âmbito da analítica da subjetividade cartesiana não há lugar, fora da coisa extensa, para considerações de ordem ontológico-existencial e antropológica, mas apenas para a identificação de uma natureza humana assimilável ao *intellectus* que se distingue, exclusivamente, pela razão pura e teórica.

⁷ “[...] unità di misura a cui la totalità dell’ente deve riferirsi per essere garantita”. (Tradução minha).

Essa é, pois, a referência organizadora do horizonte de ação que instala o homem da modernidade no centro do acontecimento ‘histórico-epocal’ (*Geschick*), que, entretanto, não lhe pertence, porque não lhe diz respeito como decisor do *evento destinamental* que comanda o sentido sob o qual se processa o aparecimento das coisas, qual um *telos*, uma *causação produtiva*, como a que, no fastígio da técnica, mobiliza o homem e o impele a estabelecer como real somente aquilo que pode vir a ser desocultado tecnicamente, por meio do cálculo que converte coisas em objetos e existências em mercadorias. O modo de “pensar” técnico, enquanto pensamento da ação eficaz que se traduz em plano calculado, em forma segura de controle e domínio prévios do objeto representado, “é a própria configuração da atitude tecnológica contemporânea perante o mundo, vale dizer, é o *sine qua non* operatório da maneira pela que o mundo é compreendido e apropriado” (NASCIMENTO, 2020, p. 85) como coisa disponibilizável.

Uma das implicações disso é a dissolução de toda e qualquer distinção genuína em nome da homogeneização reguladora e da uniformização que Heidegger registrou como apagamento do que há de mais próprio na manifestação das singularidades. Ora, em seu caráter de ser um *ser-aí* (*Dasein*) ‘lançado ao mundo’ (*Geworfenheit*), ser uma facticidade, um *factum* – um ‘ser-no-mundo’ (*In-der-Welt-sein*), integrado como “unidade” e não como um “ser no mundo” (sem hífen) ocupante de um espaço à maneira de uma coisa que apenas *subsiste*, que ‘está-aí’ (*Vorhandenheit*) – o “humano” que é o *Dasein* não corresponde ao *Homo animalis* dotado de *logos* como o da tradição metafísica; não é, pois, uma categoria delimitada, fixada em sua essência como um “é isto” atribuído pela consciência, pela *ratio*, mas, acima de tudo, uma mobilidade e fresta de significância, um ‘projeto’ (*Entwurf*), uma potencialidade existencial, o *poder-ser* que se traduz em exercício de uma compreensão própria de um ‘fazedor de mundo’ (*Welt-bildung*), de um enunciante de significatividade (ESCALANTE, 2007, p. 86).

Nessa condição, e diferentemente do homem da técnica extraviado de si mesmo, o *Dasein* pressupõe a antítese da processualidade unilateral da técnica que simboliza a negação do *poder-ser* mais genuíno do *Dasein*. Na era da técnica, como expressou Heidegger (2012b, p. 337) leva-se a efeito uma “abertura obstruída”, isto é, um modo de se promover o desvelamento das coisas que traz consigo o tolhimento de inúmeras

outras possibilidades de revelação dessas mesmas coisas, *posicionadas* – sim, porque a técnica é uma posicionalidade constringente – para fins de *asseguramento permanente* da totalidade do ente, a exemplo de como se dá com o enquadramento do *ser* entendido como o *permanentemente presente* abrigado na figura da metafísica.

Sob o império da técnica, vê-se melhor agora, o pensar que outorga ‘autenticidade’ (*Eigenlichkeit*) está de antemão suprimido porque se exerce como pensamento unilateral-operatório, autonomizado como episteme da técnica (PERAITA, 2002, p. 120). Nisto reside, de acordo com Heidegger, o perigo extremo da técnica, mais até do que o que ela evidencia como ameaça de destruição da terra. É que, antes, ela violenta o vivente que é o homem em sua essência, preterindo o pensar que não calcula, que não seja um operar logicamente e que não se preste à manipulação. Eis o perigo extremo.

Heidegger assinala ainda que não se terá chegado a esse perigoso estado de coisas – o do pensar calculador como pensamento único – como resultado de uma conscienciosa deliberação humana. Sob o ditame da funcionalização da técnica, até mesmo o homem se metamorfoseia em equivalente no âmbito geral da equivalência das coisas substituíveis e redutíveis a valor na apreciação do cálculo das práticas comerciais de intercâmbio e na instrumentalidade dos afazeres sem rumo, enquanto prevalência da obra reificada ou do produzir inautêntico.

É bastante conhecida, a propósito, a tese de Heidegger segundo a qual a essência da técnica não é algo de técnico ou instrumental, porque repousa num gênero de *armação* pertencente, como vimos, à destinação (“histórico-metafísica”) do modo de desabrigar a entidade dos entes ou a substância das coisas (HEIDEGGER, 1991, p. 05). Diz respeito, portanto, ao desdobramento de uma experiência histórica de *mostração do ser* dos entes que se consuma como calculabilidade e como asseguramento efetivo através do modo industrial moderno de exploração e apropriação do mundo, de que a *economics* neoclássica, como se quer aqui, é desde logo uma dicção.

2. A língua da técnica no *mainstream economics*

Em princípio, poder-se-ia tomar qualquer escola do pensamento econômico para uma associação ao modo de “pensar” técnico, mas nenhuma delas, quer-nos parecer, quadra melhor que a neoclássica no intuito de se fazer sobressair, numa interlocução com Heidegger, o caráter da regência da técnica no interior de seu estatuto teórico. Com efeito, embora reconhecida por negligenciar a própria dinâmica tecnológica, essa tradição, paradoxalmente, encerra, como nenhuma outra em Economia, uma *língua da técnica* por excelência, expressa, *verbi gratia*, no *ethos* utilitarista e maximizador do *Homo economicus*, no cálculo como elemento disposicional, na primazia da subjetividade e na certeza da ‘representação’ (*Vor-stellung*) que abarca o sujeito “sem mundo” da consciência, a objetificação da realidade, a natureza como reservatório, a ausência da temporalidade (como na metafísica) e, mais importante, a compreensão do *ser* confiscado como ‘simples presença’ (*Vorhandenheit*).

Em consonância com a ontologia cartesiana e em linha com a matematização constitutiva da (tecno)ciência moderna, a *interpretandum* neoclássica do *ser* como presentidade, como efetividade, explicita um *logos*, um dizer próprio de um campo específico do saber que pensa, já tecnicamente, os entes intramundanos como um agregado de coisas exploráveis, sujeitas à aplicação sistemática de nexos e de métodos destinados a tornar máximo o retorno do procedimento assegurador de sua objetificação, isto é, de seu emprego como recurso. Aqui, portanto, como modo de pensar, opera já a essência da técnica como ‘provocação’ (*Herausfordern*) conversora do real em totalidade administrável.

Noutras palavras, trata-se da *representação* do fabricável e de sua inexorável propensão à grandeza quantitativa que se supõe comensurada pela racionalidade cognitivo-instrumental dos agentes econômicos. Destarte, vê-se como a economia neoclássica traduz o prisma moderno da conquista do “mundo como imagem” estabelecida com base num esquema de relações estruturantes de uma forma de saber que ela, a episteme neoclássica, introjeta como estando fundada na intencionalidade de um tipo de sujeito para o qual o mundo não é, na feliz expressão de Lack (2014, p. 51), um *cosmological home*, não é um mundo-ambiente compartilhado, de que nos ocupamos no cuidado e na preocupação com o humano e com o mundo em si mesmo, mas apenas uma espécie de ente particular, destituído de qualquer significação *ontológica fundamental*. Existe meramente para controle e utilização. Este, pois, o seu *para quê*, que o justifica e

à própria *economics* como instância de poder da técnica, isto é, como saber experimental de um *sem-limites* para com a natureza.

De um modo geral, é uma circunstância perturbadora para qualquer economista – e não exclusivamente para os da ortodoxia neoclássica – a problematização fenomenológico-hermenêutica (enquanto componente de uma forma de vida) do progresso tecnoeconômico, porque semelhante coisa contraria a perspectiva – largamente difundida e por isto mesmo quase inobjetével – da participação usufrutuária de todos na exploração contínua e amplificada dos entes, algo que, como se sabe, guarda inegável relação com o ilimitado da vontade subjetiva do *Besteller* (demandante) neoclássico, cuja conduta ordenadora respalda e se coaduna perfeitamente com o fazer violento do incondicionado da “vontade de poder” da técnica. Violento, antes de mais nada, porque não é bem um produzir suscitador (*hervorbringen*), mas um modo unilateral de revelação desafiador, que extrai dos entes sua potencialidade como matéria-prima, e os obriga em função disso a mostrarem-se como “reserva”.

Em seu paroxismo, não apenas as coisas, mas também as pessoas são postas por igual à disposição dos instrumentos racionais de manipulação e domínio (CORDUA, 1999, p. 109). Do cálculo que tolhe a revelação originária dos entes e tiraniza a natureza passa-se, inescapavelmente, ao *approach* idiossincrático – bem ao jeito do internalizado pela economia neoclássica – da exploração generalizada dos entes como recurso, no que se inclui até mesmo o humano, igualmente objetificado porque apreendido aí sob a ótica metafísica de um subsistente-coisa, quer dizer, de um *algo-aí* retido como categoria, como estrutura formal.

Em meio ao imparável da manipulação abusiva de tudo (como na oferta neoclássica da ocupação plena dos fatores de produção), é de salientar-se, então, a distopia desumanizadora que acompanha a coisificação do humano como recurso também substituível dos processamentos tecnológicos voltados para o cobiçado *gigantismo* da produção dissipadora de recursos não renováveis. Por conseguinte, o *decrescimento* econômico que poderia, a propósito, colaborar na possibilidade de o humano vir a habitar um mundo referenciado numa compreensão pós-metafísica do *estar-com-os-*

outros soa inaceitável porque implicaria já na *desconstrução*⁸ mesma da *rationale* do *Homo economicus* que referencia o ideário do humanismo tecnocientífico moderno.

Não parece – por conta de sua dimensão substantiva que presta mais atenção aos bens de capital que ao capital mesmo em sua expressão metafísica –, mas o avanço desmedido do poder tecnoeconômico acontece no interior do horizonte metafísico do humanismo da modernidade que a economia neoclássica, à sua maneira, custodia como rebentação virtuosa da natureza humana em sua busca pelo autointeresse num mercado de *laissez-faire* e com ajustamento automático de pleno-emprego dos fatores de produção.

Fundamentalmente, então, reside na metafísica “onto-técnica” (CEREZO, 1990, p. 42) da modernidade o cunho essencialmente técnico da interpretação neoclássica do ente *existente* como *subsistente*, levado a efeito pela apreensão do humano como *sujeito econômico*. *Mutatis mutandis*, esta é a figura emblemática da filosofia do *ego-cogito* e da cosmovisão moderna do sujeito da consciência que, para todos os efeitos, a economia neoclássica converte no *indivíduo atomizado* como “formação de poder” fundante de seu campo objetual de investigação. O *Homo economicus*, como estrutura formal apriorística de um tipo universal egoísta em sua racionalidade utilitária, emerge precisamente dessa transformação essencial do homem em *sujeito* produtor da realidade dos entes, vale dizer, do homem que, transmutado em *subjectum*, põe diante de si qualquer ente porque é agora a figura plenipotenciária da articulação do mundo como imagem.

Apenas isso bastaria para tornar plausível o assentamento do estatuto teórico da economia neoclássica no fulcro do incondicionado que é próprio da escala da desmesura material da técnica moderna, porquanto, ali, a subjetividade – hiperbolizada como hedonismo calculador – calha perfeitamente com o *vale tudo* do experimentalismo autoengrandecedor da técnica, que assoma na *vontade de querer* insaciável de indivíduos conformados como agentes econômicos do circuito da produção-consumo. Ora, ‘querer’ (*Wollen*) significa posicionar o *ser* como *objectum* da *vontade de vontade* que é a do produzir pelo produzir (HAAR, 1993, p. 167) que, em rigor, é uma vontade de nada.

⁸ No sentido de submeter conceitos fundamentais de uma ciência a uma revisão radical, quando não ao abandono mesmo de sua episteme, com o olhar voltado, nesse caso, “em direção a possibilidades das quais ela ainda pode não compreender ou articular totalmente” (Joseph Rouse, “A filosofia da ciência de Heidegger”, 2014, p. 176).

Em seu liberalismo arrimado na maquinação dessa racionalidade, a economia do neoclassicismo patenteia sua coadunação com o âmago da técnica de uma maneira insofismável. A tipificação que oferece do bem-estar social, vinculado à ideia, moralmente defensável, da maior felicidade (material) para o maior número de pessoas, não parece mas está presa à concepção metafísica da natureza objetificada como produto consumível, como totalidade inorgânica e explorável de meios de provisão da pletora de bens às ordens dos maximizadores de escolhas e preferências.

De mais a mais, o espírito de parcimônia e frugalidade que apregoa, como derivação de seu individualismo metodológico, parece indicar-nos, à primeira vista, tratar-se – por conta de seu caráter utilitarista – de uma economia, no dizer de Heidegger, de manuseio de “úteis-à-mão”, entrosando os semelhantes na lida cotidiana que *solicita* e *preocupa* cada um dos envolvidos nos processos de trabalho. Mas não é nada disto! A instalação produtiva do neoclassicismo põe todos em confronto uns com os outros, como competidores remetidos ao desiderato otimizador das condutas.

Dessa forma, e por mais rendida que esteja à ideia da possibilidade de vigência de uma harmonia natural entre os atores da economia de mercado – estando, pois, a esse respeito, e de antemão, rechaçados não apenas os conflitos de classe como também as práticas de dominação –, ainda assim esse ambiente de produção idealizado pela economia neoclássica está longe de poder cooperar para pôr o homem e a terra a salvo da exploração desenfreada dos sistemas técnicos que ela, implicitamente, fomenta por meio da racionalização instrumental de uma práxis abusiva e reificadora.

Realmente, nela não há nada que possa corresponder a uma espécie de apelo ao espírito de “serenidade” indicado por Heidegger como expediente para um pensar propiciador de uma outra forma de mostraçã das coisas a partir, justamente, da esfera econômica do viver. Para isto a *economics* teria de estar, o que não é o caso, de alguma forma impregnada de uma concepção existencial de ciência, almejando, quiçá, como aliás queria o próprio Heidegger, a possibilidade de um novo ‘começo’ (*Ur-sprung*), de um retorno à diversidade original das coisas. Ao contrário, a *atitude* teórica do neoclassicismo – entendida, desde logo, como racionalização de uma práxis, de uma forma de vida ou de um modo de ser franqueador de um sentido de mundo baseado no *fazer violento* implícito na metafísica – não só respalda a lógica da fruição máxima do produzir e do

consumir, como também fornece o acicate necessário ao aprofundamento da vocação da técnica para o autoengrandecimento, mediante a racionalidade calculadora transformada em cognição instrumentalizada.

Ora, se o conhecimento científico que é característico da época moderna compreende já uma episteme tecnificada – em virtude da maneira representacional como define a quiddidade dos entes –, o mesmo se pode dizer da sistematização da Economia como uma ciência que pensa metafisicamente o humano e o mundo a partir de uma determinação predicativa, de presença objetivada. Com isso, muito marcadamente já retém em si o caráter onto-técnico que serve de fundo unificador da condição de possibilidade da episteme moderna. De mais a mais, e porque a técnica moderna é desmesura, a ciência moderna, em toda a sua extensão, também o é, “por causa de sua orientação para o infinito” (HELD, 2009, p. 19), tal como se nota no ilimitado das necessidades subjetivas do *homem econômico* governado pela vontade que desencadeia a realidade efetiva.

A realidade em questão é a do esquema otimizador pautado por uma racionalidade discernida como regra procedimental do produzir e do agir humanos com vistas, unicamente, à eficiência que se traduz no alcance de um retorno máximo para um mínimo de esforço. Aqui, a razão instrumental que resguarda o emprego eficiente de meios para a concretização de fins se dirige ao indivíduo calculador de uma configuração de preferências que tanto pode aludir à satisfação de desejos, à busca de prazer ou ao provisionamento de necessidades reais, porquanto o utilitarismo, convém assinalar, não tem nada a dizer acerca do que deve ser feito no *final*, porque seu negócio não é sobre a significação de fins (THIELE, 1988, p. 130-131).

3. Racionalidade econômica do *Gestell*

Nada conspira mais contra a presença essencial das coisas, do *ser-no-mundo* e do *ser-com-os-outros*, que o pensar em conformidade com o espírito de sistema da diretriz calculadora e utilitarista das engrenagens do processo econômico de produção e consumo da civilização técnica dominante. A esse respeito, o economicismo da eficácia maximizadora da vertente neoclássica desponta como um meio *par excellence* de

deturpação e empobrecimento da vida, em termos de algo que a aprisiona no ciclo do administrável, que é o do enquadramento unidimensional e mecânico do “mandar fazer” assegurador do abastecimento ininterrupto de entes desfrutáveis.

Em seu insuperado complexo de inferioridade em relação às *hard sciences* – isto é, em sua pretensão de ser uma locução da ordem objetiva das coisas –, o *mainstream economics* mais não faz que compartilhar dessa orientação assentada na perspectiva da exploração e substitutibilidade de tudo como requisito para o progresso material do que designou como “economia do bem-estar”.

Ao seu modo, o neoclassicismo traduz a invocação niilista da *vontade de poder* da técnica – que se exacerbada na era do humanismo moderno – num imperativo socioeconômico naturalizado como “princípio da realidade”. Naturaliza-o ao associá-lo aos ditames de um mercado impessoalizado pela ação de uma miríade de indivíduos autointeressados, agindo de forma homogênea em busca de fruição máxima.

Bem vistas as coisas, pode-se divisar aí algo regido, não pela *técnica* enquanto gênero procedimental, mas por sua essência, aquela essência que convoca o humano a relacionar-se de uma determinada maneira com o *ser*, a fim de descobri-lo como o que se realiza na produtibilidade, na factibilidade, no *producere*. A partir da *representação* teórica, que a tudo alcança como representável no processamento, nada perdura à vista do fabricável. Assim é como o homem – ele mesmo, afinal, conduzido à situação de “material humano” – se instala no centro do domínio do ente como sujeito do conhecimento.

Ora, o mero existir ao modo de *ser ciência* implica já no exercício de uma ontologia que apreende o *ser* (e o nega, ao mesmo tempo) no interior de uma determinação técnica do pensar. Na modernidade, essa determinação se estabelece como atributo ontológico do fazer científico enquanto *ser-em-obra* da técnica que se efetiva como tecnologia, isto é, como maquinação tecnológica, em escala global, do entendimento do ente como *presença constante*, e inscrita, lá atrás, no modo de existência metafísico do conhecimento.

Como subproduto ultimado da metafísica, a ciência moderna em que se tornou a *techné* grega constitui a atitude tecnológica dos nossos dias, referida na *provocação* que perpetra o “esquecimento do *ser*” na preponderância absoluta do ente. De fato, cada ramo das ciências se ocupa com um determinado território do “real”, e assim, no âmbito dos procedimentos metodológicos, instaura-se um *modus* de lidar com o objeto

característico de cada região ontológica – no que concerne ao sentido em que o *ser* dos entes é apanhado e problematizado (para encontrar solução pelo cálculo) no interior de cada um desses domínios objetivos operantes como empresa de investigação.

Esse, pois, o lugar da Economia “no contexto da pesquisa do real” (HEIDEGGER, 2012a, p. 106) como domínio do ente. É aqui, quer-nos parecer, que uma interlocução com a obra de Heidegger (bastante incomum na ambiência dos cursos de Economia) pode permitir-nos não apenas distinguir como a tecnicidade da cosmovisão moderna, cristalizada na tecnociência mercantilizada dos nossos dias, reverbera e se legitima na discursividade da ciência econômica, mas também, e sobretudo, em como o pensar expropriante da técnica impregna a modelagem do estatuto teórico da corrente neoclássica do pensamento econômico.

Para um economista, não é fácil, e por isto mesmo não é pacífica, a aceitação de que o *pensamento metafísico* – matriz da técnica e da tecnologia modernas – se haja constituído em linha de força estruturante de uma forma de experiência marcada pelo primado da *concepção técnica* do ente, que tem no *Gestell*, segundo Heidegger, o apelo que confere vulto à provocação do mundo como algo explorável em sua entificação máxima. Assim sendo, o modo técnico de desvelar os entes não dimana de uma especificação própria da produção e do produzir-se. Ao contrário, é a regência essencial da técnica que desencadeia e possibilita o produto e o produzir-se dessa produção (NUNES, 2013, p. 103).

Analogamente, a “realidade econômica” do neoclassicismo – pressuposta como um dado natural da (re)produção material da existência e experimentada como uma condicionante de ordem superior que exorta o humano a se vincular ao “real” de maneira objetificada – vincula-se já à urdidura do projeto técnico moderno de manejo abusivo das coisas. Não tem propriamente que ver com uma imposição da natureza e nem tampouco com uma qualquer deliberação consciente do humano para encetar um processo cujo desfecho lhe escaparia por completo ao controle.

Tem a ver, antes, com a vivência mesma do homem e sua *compreensão técnica* do *ser* como dependente de uma maquinação baseada numa instalação econômica. O que atua em nós como “natureza”, e que nos leva a apreciar certas coisas em detrimento de outras, é, conforme observou Vattimo, o fato de que “pertencemos a certo mundo e a

certa época, a uma humanidade que se deu uma estrutura que está arraigada em nós por hereditariedade” (VATTIMO, 2010, p. 221). Portanto, é o *desencadeamento* do que se cumpre como *abertura* preparatória de uma forma peculiar de mobilização do humano o que o desafia a *provocar* o ente a liberar-se como fonte estocável de energia.

A economia neoclássica é sobre esse ordenamento de coisas, é sobre o triunfo dessa forma de racionalidade apartada, não do acontecimento histórico do *ser*, mas do concreto de nossa real situação mundana de engajamento com as coisas mesmas e com os outros. Em consequência, pode-se dizer que o homem que é definido, objetivamente, pelo arquétipo do *homem econômico* não é, *com efeito*, o homem real; ao invés, o homem real é que, como um *poder-ser*, reúne o modo de ser do *homem econômico* já enquanto supressão mesma de toda e qualquer pluralidade de sentido própria da existência humana, porquanto o seu proceder, próprio de toda cientificidade, se estriba, redutivamente, numa “compreensão prévia do ser dos entes com que se defronta” (ROUSE, 2014, p. 175).

Considerações finais

Por tudo o que precede, afigura-se-nos pertinente poder reclamar para o neoclassicismo o papel, no contexto das ciências sociais, de paladina da cosmovisão suscitada pela “intimação provocante” que fundamenta a técnica moderna e seu modo de produção: o extorquir e o extrair cada vez mais energia de uma *natureza mensurada*, negada em sua significação qualitativa e em seu valor intrínseco para servir de fundo de prontidão, de estoque. Sem isso não se poderia arrazoar aqui em defesa dessa escola de economia como uma episteme eminentemente técnica e, portanto, como tecnicidade *a priori*, porque pertencente, como *rationalis*, à essência da técnica e ao comando do cálculo que funda a tecnociência moderna do sistema produtor de mercadorias.

No trato com o incompreendido acerca da técnica e da *língua da técnica* (enquanto cálculo que se impõe), viu-se aqui, nessa interlocução com Heidegger – um nome ao qual se tem tornado comum associar-se a perspectiva de uma ecologia profunda – que o imperialismo planetário da técnica encontra, sim, refúgio na ontologia (tradicional,

metafísica) do economicismo ortodoxo marcado pela “tirania” do individualismo utilitário que serve de sustentáculo ao sistema técnico do *Gestell*.

Primeiramente, pôde-se deixar claro que, como acontecimento constituinte, a metafísica é muito mais do que uma simples forma de pensamento ou de filosofia de um pensador, porque, de uma vez por todas, compreende um modo de investidura na realidade que abarca homem e mundo e que é configurador da história do Ocidente como história do *ser* a que pertencemos e que nos possui. A culminância da metafísica e o fastígio da técnica são uma só e mesma ocorrência, razão pela qual a essência da técnica não se confunde jamais com algo de técnico, de instrumental. Na modernidade tecnocientífica, ela se sobressai como um modo de desvelar os entes como “reserva disponível” (*Bestand*).

O pensamento de Heidegger, comumente assinalado como enigmático e extravagante, por conta de sua ruptura com uma certa ideia de história e de evolução, foi o que tornou possível, aqui, articular uma específica locução da técnica para a economia neoclássica, distinta daquela que, na melhor das hipóteses, insistiria apenas numa tipificação convencional da técnica entendida como um meio para a realização de fins.

Erroneamente, sempre se supôs que a economia (como *economy*, tomada em sua dimensão real ou concreta, e não como *economics*, como elaboração teórica) fosse a região de produção originária do fenômeno da técnica pensado como extensão da condição do homem enquanto entidade de carência e de desejos. Por esse motivo, a técnica costuma associar-se a engenho, recurso ou expediente intrinsecamente ligado ao processo de troca metabólica que o homem estabelece com a natureza com vistas à satisfação de suas necessidades. Essa, ao menos, é a interpretação tornada corrente a partir da perspectiva histórica em Economia, de base material e antropológica.

Por trás da compreensão de que os fenômenos relevantes da vida econômica decorrem, fundamentalmente, da decisão racional de indivíduos (sujeitos da consciência) em contrair relações autointeressadas segundo critérios de maximização da conduta utilitária e pragmática, suportada por uma razão cognitivo-instrumental que serve de guia à otimização do curso de ação que esses mesmos indivíduos perseguem, pôde-se, enfim, com base na analítica da técnica em Heidegger, identificar o verdadeiro caráter da técnica que prepondera na episteme do paradigma neoclássico, caráter esse que, para todos os

efeitos, trama contra as possibilidades de *ser* das coisas e constringe a *existência* a se desdobrar de uma única maneira, a do *ser* encarcerado no pensamento que calcula.

Referências

- CARRASCOSO, J. L. A. Subjectividad racional y cogito cartesiano. *Actas do Colóquio Internacional*, Porto, p. 75-94, 1998.
- CEREZO, P. Metafísica, técnica y humanismo en Martin Heidegger. *UIB*, n. 13-14, p. 31-63, 1990.
- CORDUA, C. *Filosofía a destiempo*. Santiago de Chile: Ril Editores, 1999.
- ESCALANTE, E. *Breve introducción al pensamiento de Heidegger*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.
- GALIMBERTI, U. *Il tramonto dell'Occidente: nella lettura di Heidegger e Jaspers*. 5. ed. Milano: Feltrinelli, 2010.
- HAAR, M. *Heidegger and the essence of man*. Trans. William McNeill. Albany: State University of New York Press, 1993.
- HEIDEGGER, M. La questione de la tecnica. Trad. Gianni Vattimo. *In: Saggi e discorsi*. Milano: Mursia, 1991.
- HEIDEGGER, M. *Contributions to philosophy (From Enowning)*. Trans. Parvis Emad and Kenneth Malby. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- HEIDEGGER, M. O tempo da imagem do mundo. Trad. Alexandre F. de Sá. *In: Caminhos de Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012a.
- HEIDEGGER, M. Para quê poetas?. Trad. Bernhard Sylla & Vítor Moura. *In: Caminhos de floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012b.
- HELD, K. La serenidad como virtud de la época de la técnica. *In: XOLOCOTZI, A. & GODINA, C. (Coords.). La Técnica: ¿orden o desmesura?* México: Publidisa Mexicana, 2009. p. 15-28.
- KOCKELMANS, J. *Heidegger and Science*. Boston: University Press of America, 1985.
- LACK, A. *Martin Heidegger on Technology, Ecology, and the Arts*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- NASCIMENTO, A. J. Metafísica e racionalidade tecnocientífica em Marcuse. *Revista PHILIA (Filosofia, Literatura & Arte)*, v. 2, n. 1, p. 58-90, jun. 2020.
- NUNES, B. História e ontologia (da essência da técnica). *In: CASANOVA, M. A.; MELO, R. F. (Orgs.). Fenomenologia hoje IV*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2013.

PERAITA, C. S. *Hermenéutica de la vida humana: en torno al “Informe Natorp” de Martin Heidegger*. Madrid: Trotta Editorial, 2002.

PÖGELLER, O. *Martin Heidegger's path of thinking*. Trans. D. Magurshak & S. Barber. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press International, 1990.

POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RONCAGLIA, A. *The wealth of nations: a history of economic thought*. Trans. Alessandro Roncaglia. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROUSE, J. A filosofia da ciência de Heidegger. Trad. Laura M. do Nascimento. *Ekstasis: revista de hermenéutica e fenomenologia*, v. 3, n. 2, p. 171-193, 2014.

THIELE, L. P. *Martin Heidegger e a política pós-moderna: meditações sobre o tempo*. Trad. Ana Matoso Mendes. Lisboa: Piaget, 1998.

VATTIMO, G. *Diálogo com Nietzsche*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RECEBIDO: 31/07/2020

APROVADO: 02/10/2020

RECEIVED: 07/31/2020

APPROVED: 10/02/2020